

Assim, determino o seguinte:

1 — É criado o Grupo de Trabalho, adiante designado GT SIMREAP, ao qual caberá a simplificação e agilização do processo de licenciamento e a harmonização dos critérios de aplicação do REAP, criado pelo Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2009, de 29 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 78/2010, de 25 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 45/2011, de 25 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 107/2011, de 16 de novembro.

2 — O GT SIMREAP funciona junto do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, sendo constituído pelos seguintes elementos:

a) Eng. Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira, em representação da Direção-Geral de Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR), que presidirá;

b) Mestre Filipa Horta Osório, em representação da DGADR, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

c) Dr.ª Susana Pais de Carvalho dos Santos, em representação da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);

d) Dr.ª Marta Andreia Costa Rodrigues de Ornelas Afonso, em representação da Direção-Geral do Território (DGT);

e) Dr. Paulo Guilherme da Silva Lemos, em representação de Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

3 — O GT SIMREAP terá como missão:

a) Efetuar um diagnóstico dos constrangimentos à aplicação da legislação atual e ao licenciamento das explorações pecuárias, nomeadamente no tocante ao bem-estar animal, ordenamento do território, gestão de efluentes pecuários e proteção ambiental;

b) Definir novas regras tendentes à agilização e simplificação dos procedimentos de licenciamento que proporcionem o efetivo cumprimento do REAP;

c) Propor as alterações legislativas necessárias.

4 — O GT SIMREAP deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Relatório intercalar de diagnóstico até ao dia 30 de julho;

b) Relatório de progresso com propostas de atuação até 15 de outubro;

c) Proposta de alteração legislativa e relatório final até 30 de novembro.

5 — Em tudo o que o presente despacho seja omissivo, aplicam-se, com as necessárias adaptações, as normas do Código do Procedimento Administrativo, relativas ao funcionamento dos órgãos colegiais.

6 — O apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento do GT SIMREAP será prestado pelo meu Gabinete.

7 — O GT SIMREAP poderá solicitar contributos a outros organismos ou entidades sempre que tal se justificar.

17 de maio de 2012. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *José Daniel Rosas Campelo da Rocha*.

206113275

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

#### Declaração de retificação n.º 682/2012

Por ter saído com inexactidão a deliberação (extrato) n.º 602/2012, respeitante à revogação da deliberação que determinou a abertura de concurso para recrutamento de um técnico superior de saúde do ramo de laboratório, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 27 de abril de 2012, retifica-se que onde se lê «aberto pelo Aviso n.º 24728/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 27/12/2011.» deve ler-se «aberto pelo aviso n.º 24728/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 27 de dezembro de 2011, revertendo a quota para a referência 04 — ramo de psicologia clínica, para o ACES Lisboa I — Lisboa Norte, passando este de três para quatro postos de trabalho.».

9 de maio de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Luís Cunha Ribeiro*.

206112716

#### Deliberação (extrato) n.º 724/2012

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º e do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no âmbito das competências referidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30

de janeiro, bem como o uso das competências conferidas pelo n.º 3 do artigo 21.º aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de fevereiro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e alterada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e artigos 109.º e 110.º do Código dos Contratos Públicos, e n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, o Conselho Diretivo delibera delegar no Presidente do Conselho Clínico do Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo I — Serra d'Aire, Licenciado *José Augusto Carreira Oliveira*, as competências para a prática dos seguintes atos, no âmbito das respetivas unidades de saúde:

I — No âmbito da gestão de recursos humanos do ACES:

1) Afetar o pessoal às diversas unidades funcionais e serviços em função dos objetivos e prioridades fixados nos planos de atividade;

2) Adotar e autorizar os horários de trabalho que se mostrem mais adequados ao funcionamento dos serviços, dentro dos condicionalismos legais, desde que não acarretem aumento de encargos;

3) Autorizar a concessão do estatuto de trabalhador-estudante, nos termos das normas legais em vigor;

4) No âmbito do regime jurídico da proteção da maternidade e paternidade, autorizar as regalias e praticar todos os atos que a lei comete à entidade patronal;

5) Autorizar os processos relativos à licença especial para assistência a filhos menores;

6) Autorizar os processos relacionados com dispensa para amamentação e tratamento ambulatorio, bem como as dispensas para as consultas médicas ou os exames complementares de diagnóstico;

7) Mandar verificar o estado de doença comprovada por certificado médico, bem como mandar submeter os trabalhadores a junta médica, nos termos da legislação em vigor;

8) Autorizar o pagamento de prestações familiares e de subsídio por morte;

9) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

10) Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, desde que devidamente fundamentada, nos termos dos artigos 20.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril;

11) Organizar o trabalho por turnos sempre que o período de funcionamento ultrapasse os limites máximos dos períodos normais de trabalho, nos termos dos artigos 149.º e seguintes do Regime do Contratos de Trabalho em Funções Públicas e das respetivas carreiras quando detenham um regime específico nesta matéria, aprovado nos termos do Decreto-Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro;

12) Praticar todos os atos relativos à aposentação dos trabalhadores, dependendo de decisão final do Conselho Diretivo, e em geral, todos os atos respeitantes ao regime de segurança social dos trabalhadores em funções públicas, incluindo os referentes a acidentes de trabalho, procedendo à respetiva qualificação e autorizando o processamento das respetivas despesas até aos limites legalmente fixados;

13) Autorizar o regime de duração do período de trabalho, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto e das cláusulas 33.ª a 44.ª do Acordo Coletivo da Carreira Especial Médica (ACCE), dando conhecimento ao Conselho Diretivo;

14) Autorizar, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 62/79, de 30 de março, a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, incluindo o que exceda um terço da remuneração principal, o que deve suceder em situações excecionais e devidamente justificadas, em cumprimento dos trâmites procedimentais em vigor;

15) Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, aos trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, após obtida a respetiva cabimentação orçamental e em cumprimento dos trâmites procedimentais em vigor;

16) Autorizar, nos termos da lei, a denúncia e a cessação dos contratos de trabalho em funções públicas celebrados a termo resolutivo;

17) Autorizar a acumulação de atividades ou funções públicas ou privadas, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e verificar a inexistência de situações de acumulações de funções não autorizadas, bem como fiscalizar, em geral a estrita observância das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas;

18) Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no país e no estrangeiro, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de agosto e 282/89, de 23 de agosto;

19) Autorizar comissões gratuitas de serviços não contempladas na alínea r) do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro e sem prejuízo da competência prevista na alínea f) do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, para os Coordenadores de Equipa das Unidades de Saúde Familiares (USF);

20) Proceder à outorga de contratos de trabalho em funções públicas;